

Apreensões

A revelação das razões reais da brusca elevação da taxa do over pelo Banco Central expõe uma face intranqüilizadora da realidade com a qual convivemos: o Governo emitiu 108 bilhões de cruzados nos 13 primeiros dias de outubro porque não estava conseguindo captar recursos no mercado financeiro para a rolagem da dívida pública. Ou seja, a despeito da altíssima remuneração das aplicações financeiras, os investidores estão perdendo a confiança nos títulos públicos, e na própria moeda, e investem em outros ativos, como imóveis, dólar, ouro, etc. A taxa de 50 por cento aplicada ao over tinha, portanto, um duplo objetivo, o de "enxugar" o mercado, retirando de circulação parte do papel-moeda inflacionado, e o de reverter o quadro de incertezas quanto ao financiamento da dívida interna. Com taxa muito alta no mercado financeiro, os outros ativos deixariam momentaneamente de ser atrativos. Quanto a este último objetivo, o Banco Central jogou com uma hipótese, não com uma certeza. A sensibilidade do mercado induziria à aceleração da fuga dos ativos financeiros para outras paragens, uma vez que, visivelmente, o cruzado estaria se diluindo a uma taxa de desvalorização de 50 por cento ao mês.

A questão que preocupa, neste quadro, é a incerteza quanto à possibilidade do setor público administrar sua dívida no mercado financeiro. Está cada vez mais claro que se chegou a um limite. Os investidores fixaram esse limite ao perceber que a bola de neve vai rolar sobre suas cabeças. E estão tratando de fugir. Aonde isso vai chegar?

Na impossibilidade de rolar a dívida, ou seja, resgatar diariamente os títulos

que vencem, através da venda de novos títulos, o Governo terá de emitir ou, em certo momento, deixar de resgatá-los. Em qualquer dos casos o circo pegará fogo. Os investidores já estão sentindo o cheiro da fumaça.

O Brasil não conhece a experiência da hiperinflação. É uma experiência dramática. Ela dramatiza a transferência do dinheiro para as mãos daqueles poucos que, capitalizados e cartelizados, têm o poder de se tornar sócios da inflação. O resto, a grande maioria da população, fica para trás porque não pode acompanhar a corrida. A indexação funciona para alguns, não para todos, num processo de altíssima inflação. Os que não podem indexar perdem poder aquisitivo, perdem patrimônio, perdem tudo. Vai tudo para as mãos da minoria com poder. Em todos os países que passaram por essa experiência, o principal fenômeno social imediatamente detectado foi o suicídio de aposentados, de trabalhadores de baixa renda e de microempresários, classes que não podem acompanhar o processo. O fenômeno social subsequente é a ruptura da ordem constitucional. Na Alemanha a saída foi a irracionalidade do nazismo. Qualquer coisa serve para quem já perdeu tudo.

Não estamos distantes dessa situação. Há um descontrole visível na política monetária e a política fiscal está prestes a implodir. Basta que o presidente José Sarney ceda à pressão dos governadores em relação ao limite de rolagem das dívidas estaduais. Se ele o fizer — e a história recente mostra que ele não costuma resistir a pressões por muito tempo — cairá por terra o único fator de relativa segurança com que ainda contamos, a redução do déficit público.